

União acertará dívida com estados

Jamil Bittar

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA — O governo quer, em 15 dias, ter um modelo pronto para renegociação das dívidas totais dos governos estaduais, sejam mobiliárias ou contratuais. O destino dos bancos estaduais, que vivem uma crise sistêmica, também será definido nesse acordo geral, que deve ser objeto de uma medida provisória. Para essas instituições, há duas possibilidades: privatização ou encerramento de suas atividades.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, escolhido para ser o interlocutor dos governadores, está preparando os termos do acordo de renegociação, que pretende reduzir juros a alargar prazos. Uma das premissas, segundo ele, é que essa seja a solução definitiva.

Para lidar com os bancos, o governo parte da constatação de que os bancos estaduais não tem mais função, avaliou o secretário. Criados para serem financiadores do desenvolvimento dos estados, passaram a ser emissores alternativos de moeda e fontes de financiamento das campanhas eleitorais. Hoje, se transformaram num enorme problema. Estão com suas carteiras de empréstimos podres, perderam o lucro inflacionário e vivem em situação de déficit operacional.

Parente acha que a privatização é uma solução. Como o mercado bancário está em baixa, dificilmente haveria compradores para os 27 bancos estaduais. Sobre a outra alternativa, que é a liquidação pura e simples, ele prefere não falar.

Refinanciamento — A dívida líquida dos estados e municípios corresponde a R\$ 74 bilhões, ou cerca de 11% do Produto Interno Bruto (PIB). Desse total, uns R\$ 40 bilhões são dívidas em títulos e algo como R\$ 35 bilhões representam débitos junto a bancos. Parente ainda não sabe o quanto dessa dívida será efetivamente reestruturado. Isso ainda está sendo calculado, até porque existem débitos não registrados.

JORNAL DO BRASIL

03 MAI 1996



Em 15 dias Parente terá o modelo de negociação das dívidas estaduais, que totalizam R\$ 74 bilhões

Ele está determinado a fazer a última negociação, definitiva, estrutural, e com mecanismos que garantam que esse problema não mais se repetirá. Por exemplo, se a dívida mobiliária for renegociada por um prazo de 20 ou 30 anos, os estados se comprometeriam a não emitir títulos por período idêntico. Essa seria uma maneira de amarrar as mãos dos futuros governadores, de forma a ajustar receitas e despesas dos estados de uma vez por todas. Outras inúmeras condições seriam escritas num contrato de refinanciamento de dívidas: privatização, reforma do estado, etc.

Essa é a enésima tentativa do governo federal de colocar em ordem as finanças dos estados e mu-

nicipios. De 1982 para cá foram vários os acordos para reestruturação dos bancos estaduais e para alongamento dos prazos das demais dívidas dos tesouros estaduais.

Desta vez, porém, Parente acha que o assunto está maduro e acredita que os próprios governadores, enforcados por dívidas, sem capacidade de pagamento e impossibilitados de fazer investimentos, também estão dispostos a viabilizar uma solução final.

Assim que a moldura do acordo estiver pronta, Parente pretende partir para intensa negociação política. Não será uma negociação obrigatória. Cada governador decidirá se quer ou não aderir. Nessa

fase, tudo será colocado no bolo: as metas de desempenho fiscal acertadas com as missões do Tesouro Nacional, no que ficou conhecido como o FMI dos estados; e os compromissos de privatização feitos com o BNDES em troca de antecipação de receitas. "Será uma grande engenharia financeira", concluiu Parente.

☐ O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, assinou ontem, em Lisboa, acordo com os bancos Cif e Finantia para um empréstimo de US\$ 90 milhões, que serão usados para a redução da dívida externa brasileira. O empréstimo tem prazo de três anos e fortalece as relações financeiras dos dois países.